

ASSOCIAÇÃO PLANTAS DO NORDESTE

**“Serviços especializados (pessoa jurídica) para elaboração de Planos de Manejo
Florestal Comunitário Sustentável da Caatinga (PMFCS)”**

**Projeto BRA/14/G32 - Manejo do uso sustentável da terra no semiárido do nordeste
brasileiro - Sergipe**

PRODUTO 1 - PLANO DE TRABALHO

Recife, março de 2021

Sumário

1. OBJETIVO.....	3
2. ÁREA DE ATUAÇÃO.....	3
3. DURAÇÃO DO OBJETO DO CONTRATO	4
4. SITUAÇÃO ATUAL.....	4
5. DESCRIÇÃO DAS ETAPAS, ESTRATÉGIAS E METODOLOGIA DE TRABALHO	
6. CRONOGRAMA DETALHADO.....	15
7. EQUIPE TÉCNICA	16
8. EQUIPAMENTOS.....	16
Anexo I. Relatório da Visita de campo de 11-12.03.2021.....	17
Anexo II. Ficha de DRP	23

1. OBJETIVO

O objetivo do presente contrato consiste na elaboração de 02 (dois) Planos de Manejo Florestal Comunitário Sustentável (PMFCS) no assentamento de reforma agrária Florestan Fernandes e na colônia agrícola Valmir Mota, localizados no município de Canindé do São Francisco, no estado de Sergipe. O contrato também contempla a realização de treinamento com técnicos, extensionistas e agricultores sobre a prática de manejo florestal comunitário sustentável no Bioma Caatinga.

2. ÁREA DE ATUAÇÃO

A área de atuação consiste no projeto de Assentamento Florestan Fernandes e na Colônia Agrícola Valmir Mota, ambos localizados no município de Canindé de São Francisco, no Alto Sertão de Sergipe (Figura 1).

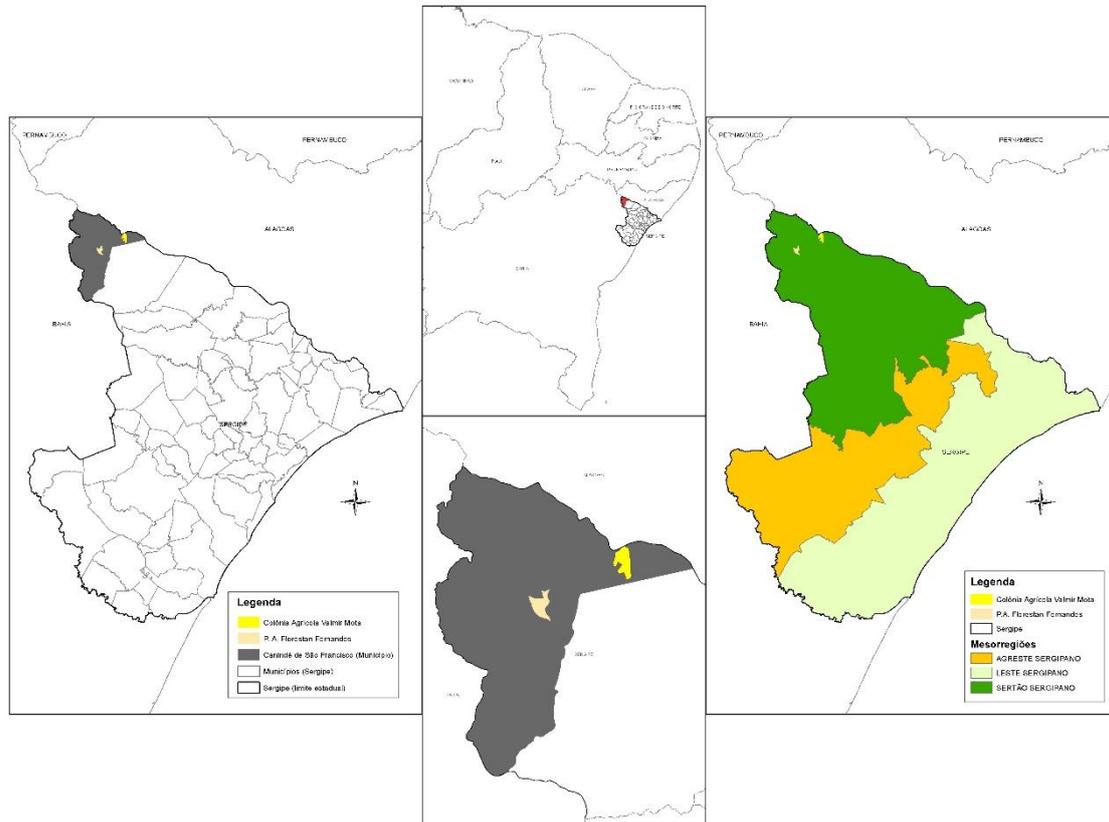


Figura 1. Localização das duas comunidades contempladas no Contrato.

A Tabela 1 apresenta as informações básicas das duas comunidades.

Tabela 1. Informações básicas do PA Florestan Fernandes e da Colônia Agrícola Valmir Mota.

Comunidade	Área (ha)	Nº Famílias	Área por família (ha)	Reserva Legal (ha)	APPs (ha)	Área estimada para o PMFCS (ha)
PA Florestan Fernandes	824	32	15,5	164,0	124	40
CA Valmir Mota	877	33	13,0	178,2	225,2	25
TOTAL	1.253	64	-	342,2		65

3. DURAÇÃO DO OBJETO DO CONTRATO

O Contrato tem a duração de 03 (três) meses, com vigência de 08.03.2021 a 06.06.2021.

4. SITUAÇÃO ATUAL

A iniciativa para a elaboração de PMFS em assentamentos no sertão de Sergipe é um esforço histórico do estado que poderá ser concretizado no âmbito do Projeto BRA/14/G3. Conforme demonstrado na Tabela 1, existe uma expectativa de área para manejo florestal comunitário nas duas comunidades, que precisa ser, agora, confirmada mediante ao reconhecimento detalhado em campo. Além disso, é fundamental identificar membros das comunidades com interesse e compromisso em implementar o manejo enquanto atividade produtiva e de geração de renda.

Para apoiar a confirmação das áreas potenciais, foi realizado um mapeamento da existência de cobertura florestal nas duas comunidades a partir de imagens Sentinel (2020) apoiado com imagens de alta resolução do Google Earth. As Figuras 2 e 3 apresentam esses mapas do uso do solo das respectivas comunidades.

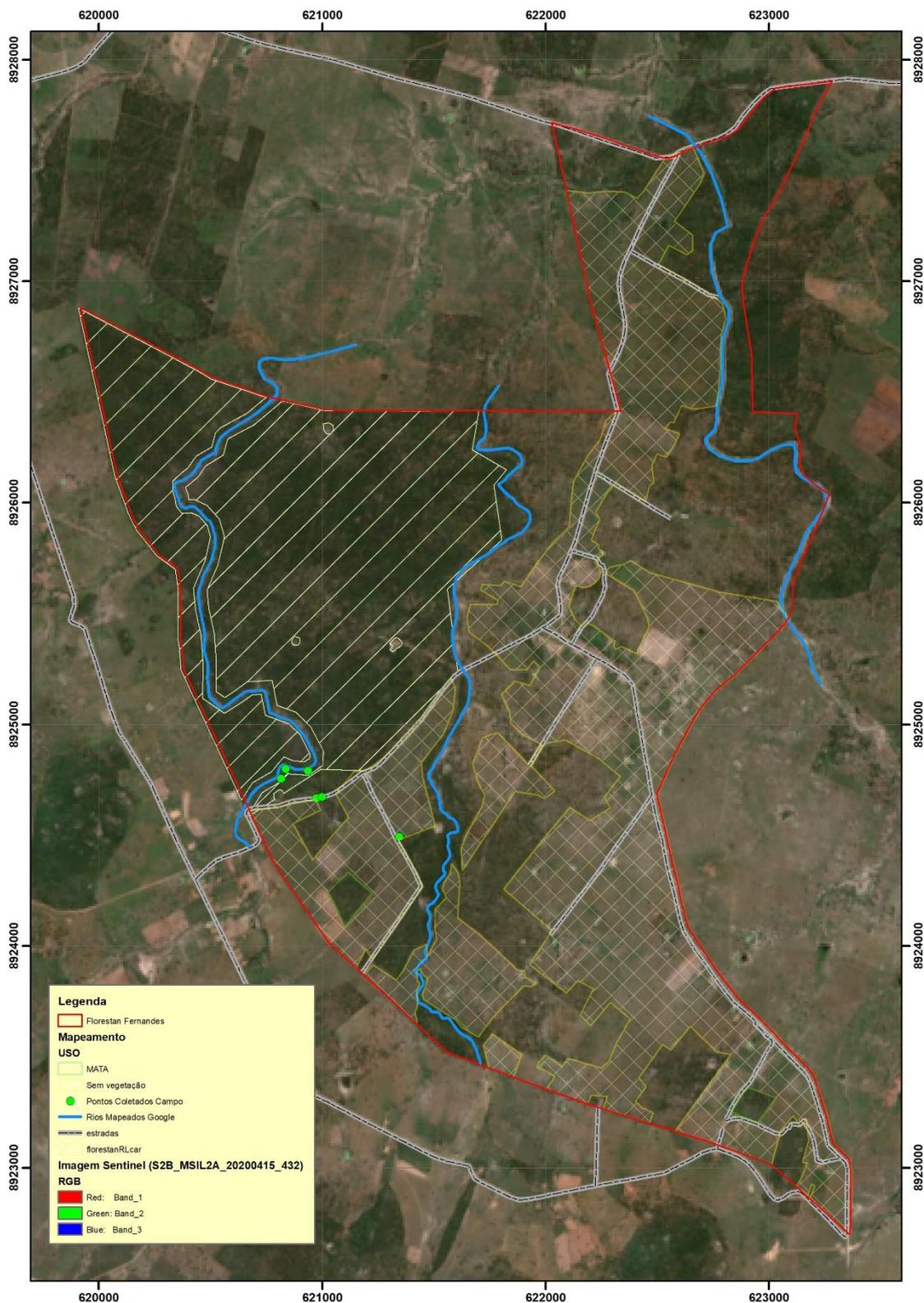


Figura 2. Mapa do uso do solo e cobertura florestal nativa do PA Florestan Fernandes

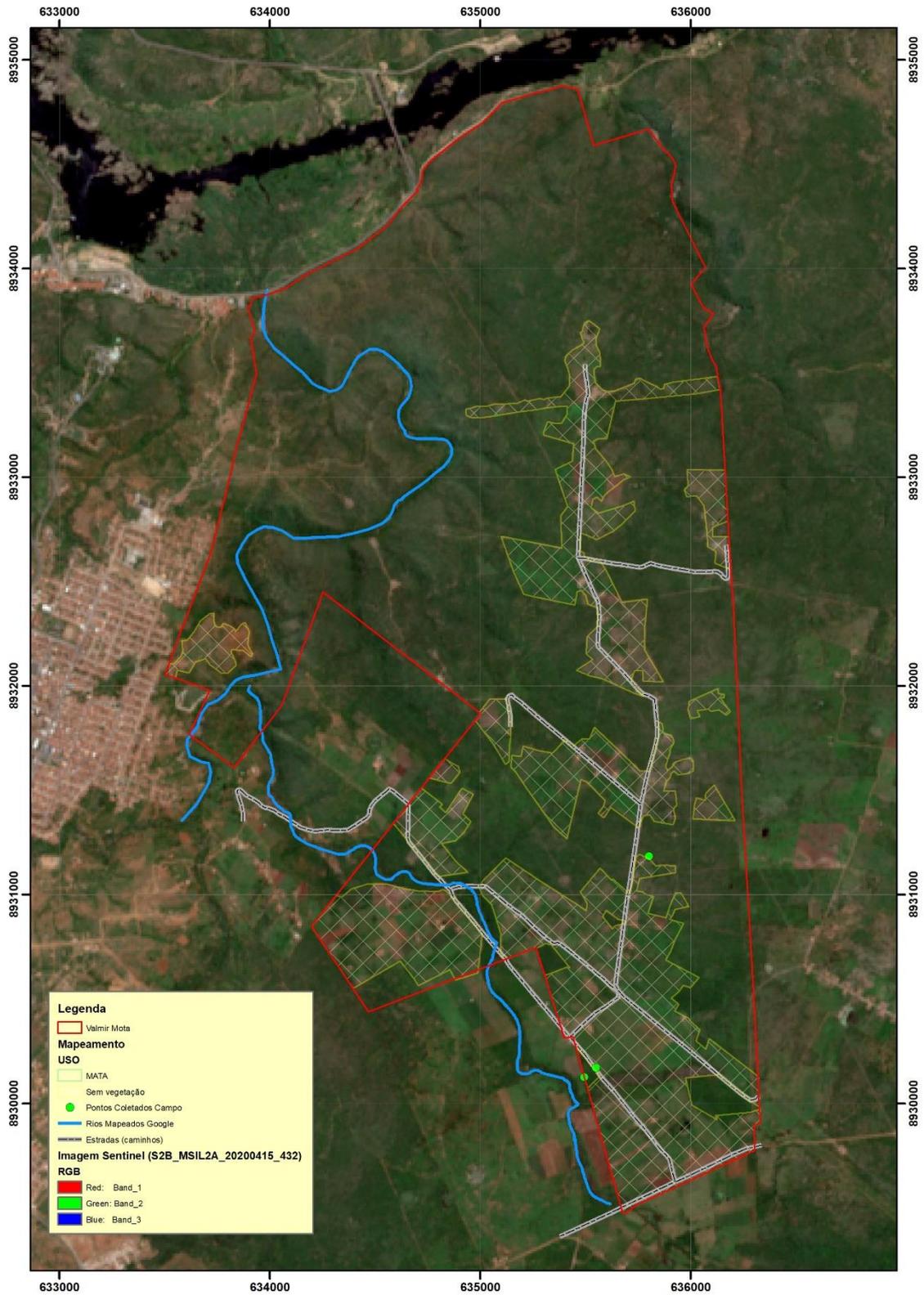


Figura 3. Mapa do uso do solo e cobertura florestal nativa da Colônia Agrícola Valmir Mota

Esses mapas demonstram:

1. Que as áreas com vegetação nativa no PA Florestan Fernandes são principalmente concentradas na Reserva Legal;
2. Já na Colônia Agrícola Valmir Mota, há vegetação nativa tanto na área de Reserva Legal como em vários lotes individuais.

Essa realidade já deflagra uma definição prévia de áreas potenciais de implementação do manejo florestal para estas áreas com caatinga disponível.

No caso do PA Florestan Fernandes já existe um CAR elaborado e cadastrado. Porém isso não acontece na Colônia Agrícola Valmir Mota, para o qual o CAR está em fase de elaboração pela SERHMA/SEAGRI.

A confirmação das áreas efetivas para manejo e a seleção dos agricultores a serem envolvidos nas ações deverão ocorrer com a realização e finalização do DRP e ao longo das visitas de campo iniciais.

5. DESCRIÇÃO DAS ETAPAS, ESTRATÉGIAS E METODOLOGIA DE TRABALHO

A estratégia de implementação das atividades para cumprir com os objetivos previstos seguirá um procedimento de quatro etapas principais:

1. Fase preparatória e ambientação
2. DRP (Diagnóstico Rural Participativo) e mapeamento
3. Elaboração dos 2 PMFS¹ e levantamento de alternativas comerciais
4. Treinamento

1. Fase preparatório e ambientação

Essa fase, atualmente em andamento, permite a realização de todos os contatos institucionais prévios necessários, bem como os contatos iniciais com as duas comunidades. Essas ações estão permitindo, à equipe técnica, o conhecimento detalhado da situação atual e real, das necessidades, dificuldades e expectativas de resultados e produtos a serem obtidos. Logo, essa fase visa garantir uma execução ágil e eficaz das etapas subsequentes que são objeto fim da proposta (elaboração dos PMFS, treinamento).

As principais atividades previstas para essa fase são:

- reuniões com a equipe do Projeto e SERHMA/SEDURBS (antecedentes, expectativas, cronograma, impacto esperado)
- reuniões com ADEMA (instrução a seguir, especificidades estaduais, preferências e recomendações, trâmites processuais)
- reuniões com INCRA (recomendações de interação com as comunidades e outras ações nos assentamentos, procedimento de anuência/aprovação)
- reuniões iniciais com as comunidades (situação atual, expectativas, logística, cronograma)

¹ PMFS = Plano de Manejo Florestal Sustentável

- coleta, sistematização e análise de dados secundários (PDA, IFN, diagnóstico florestal de Sergipe, MapBiomas, artigos científicos com resultados e recomendações recentes sobre manejo e crescimento na Caatinga, entre outros)

Até o momento foram realizadas as seguintes ações:

1. Reuniões virtuais

- **05.03.2021.** Reunião de início do Contrato com Thiago Vieira, Assessor Técnico Local do Projeto BRA/14/G32-Sergipe.

Definição dos primeiros passos e encaminhamento dos contatos iniciais necessários com a SERHMA.

Confirmação do prazo de execução de 03 meses.

- **09.03.2021.** Reunião com Thiago Vieira e Valdelice Leite Barreto (SERHMA).

Definição das articulações institucionais necessárias.

Definição da primeira visita a campo (12.03.2021)

- **19.03.2021.** Reunião com representantes do PNUD (Thiago Vieira), MMA (Valdineide Barbosa), SERHMA (Valdelice Leite Barreto, Maria Cleusa Guimarães), Evanildes Menezes de Souza Soares (ADEMA), Diego Lobo (INCRA-SE).

Devolução dos resultados da visita a campo do dia 12.03.2021

Concordância sobre processo de implementação das atividades e elaboração dos Planos

Concordância da possibilidade de implementar o manejo florestal em parte da área da Reserva Legal

Definição das anuências para os Planos de Florestan Fernandes (INCRA) e Valmir Mota (SEINFRA via SERHMA)

Definição da continuidade das atividades de campo com todo o rigor necessário, ainda que com as restrições devidas à pandemia.

2. Visitas a campo

- **11-12.03.2021:** primeira visita de reconhecimento de campo. Vide relatório no Anexo I.
- **24-26.03.2021:** segunda missão a campo.

1. Confirmação da disponibilidade de áreas para manejo:

- Florestan Fernandes: Foi acordado que o manejo florestal será implementado na Reserva Legal em uma área consensuada na comunidade de aproximadamente 100 há;

- Valmir Mota: Foi identificado com um grupo de assentados uma área de aproximadamente 25 ha na Reserva Legal com relevo e vegetação adequado para o manejo. Contudo, nesse caso, haverá uma reunião da comunidade no dia 28/03/2021 para obter a concordância da maioria dos sócios da comunidade para implementação do manejo nesta área pelo grupo de interessados.

2. Confirmação de agricultores interessados: Ainda que após as diversas reuniões e visitas de campo começa a ficar claro os interessados no manejo em ambas as comunidades, essa definição fica a cargo de cada Associação e será definido enquanto assunto interno das comunidades.
3. Início do Diagnóstico Rural Participativo. O DRP será construído através dos diversos contatos já mantidos e na próxima missão de campo. O DRP não foi priorizado uma vez que as prioridades eram de definir as áreas para manejo e a confirmação por parte das duas comunidades.

Em se pensando no envolvimento de possíveis replicadores destas ações, será realizado um contato com o curso de engenharia florestal da UFS para avaliar a possibilidade/interesse de participação de alunos nas atividades deste projeto. Essa participação poderá ocorrer no inventário, na análise dos resultados e na elaboração dos PMFS, bem como na etapa de treinamento.

Após a realização das visitas de campo, observou-se o reduzido conhecimento dos agricultores com relação ao tema de manejo florestal da caatinga e a pouca definição das áreas potenciais para manejo. Isso significou a necessidade de um processo de informação, conscientização, bem como de uma discussão intensa sobre as áreas mais indicadas, tanto do ponto de vista de interesse dos assentados como do ponto de vista de aptidão técnica.

2. DRP (Diagnóstico Rural Participativo) e mapeamento

O DRP será implementado utilizando as seguintes ferramentas em cada PA:

- Entrevistas semiestruturadas com assentados chave
- Reconhecimentos e mapeamentos de campo

Devido à pandemia, é muito improvável conseguirmos realizar reuniões comunitárias nas duas comunidades em virtude da proibição e não recomendação de aglomerações.

Diante destas limitações, deverá ser avaliada a alternativa de reuniões com pequenos grupos (3 a 5 pessoas) em áreas abertas e mantendo as orientações específicas (uso de máscara, distanciamento adequado, procedimentos de higiene com álcool gel, entre outras).

O objetivo principal do DRP é conhecer, em detalhe, o público alvo das duas comunidades e os seus respectivos territórios. Este diagnóstico permite confirmar as áreas e integrantes do manejo florestal da caatinga, além de minimizar e até mesmo evitar atuais e futuros conflitos principalmente relacionados com o uso da terra nas comunidades.

Os principais conteúdos abordados serão aqueles detalhados nos itens 4.3.1 e 4.3.2 do SDP, sendo resumidamente:

- O assentamento: área, histórico, famílias, organização, infra-estrutura
- Principais atividades produtivas (agrícola, pecuária, outras) e potencialidades
- Dados específicos para a atividades de manejo (área, características, experiência prévia, número de famílias, ...)
- Calendário agrícola/produtivo
- Mapa do assentamento
- Relação com instituições, projetos e assistência técnica
- Situações de conflito (interno e externo)
- Interação ou conflitos da atividade de manejo com outras atividades
- Principais projetos/preensões e expectativas futuras
- Informações preliminares para comercialização dos produtos do manejo

O formulário de registro e orientação do DRP é apresentado no Anexo II.

A versão preliminar dos DRPs será apresentada e discutida em reunião técnica em cada comunidade com a participação de representantes chaves, sempre conforme os protocolos de segurança da pandemia. Em especial serão reunidos todos os envolvidos confirmados no manejo florestal de cada comunidade. Também, sempre que possível, será buscada a participação de representantes da Secretaria de Agricultura do município.

Adicionalmente, essas versões dos DRPs serão apresentadas em reunião virtual para os técnicos do Projeto, MMA, SERHMA/SEDURBS, INCRA-SE, ADEMA e outras instituições consideradas importantes.

As contribuições serão sistematizadas em relatório específico e permitirão a elaboração da versão final dos DRPs.

Uma vez confirmada a localização das áreas de Reserva Legal, APP e MFS, elas serão identificadas em campo com piquetes e quando possível com aceiros e picadas.

Produtos esperados:

- 2 DRPs aprovados pelas comunidades e instituições envolvidas
- Mapas de uso atual e previsto dos assentamentos destacando Reserva Legal, APPs e áreas de manejo florestal sustentado
- demarcação em campo das áreas de Reserva Legal, APP e MFS

Período: até o dia 30 do Contrato (08.04.2021)

3. Elaboração dos PMFS e levantamento de alternativas comerciais

Essa etapa será implementada mediante três ações principais:

3.1. Elaboração dos PMFS

A elaboração dos PMFS seguirá as metodologias amplamente utilizadas no bioma Caatinga e seguirá inicialmente a IN 01 de 25.06.2009 do MMA (federal) enquanto não houver disponibilidade de normativa estadual. Especificidades inerentes aos planos das duas comunidades em questão serão discutidas e acordadas em reuniões virtuais com os representantes institucionais da ADEMA, SERHMA, INCRA, MMA e Projeto PNUD.

De uma forma geral, as metodologias a serem adotadas serão:

- inventário florestal das áreas de manejo: conforme metodologia da Rede de Manejo Florestal da Caatinga. O tamanho das parcelas dependerá da tipologia florestal e o erro mínimo será de 20% para 90% de probabilidade. O resultado apresentará o volume total de madeira, por classe diamétrica e por espécie. Na presença de PFNMs (Produtos Florestais Não-Madeireiros) de interesse da comunidade e com potencial comercial, será realizada uma estimativa de produção e sua produtividade. As intervenções, ciclo de corte e incremento serão orientadas a partir das recomendações científicas mais recentes disponíveis².
- elaboração dos mapas dos PMFS, detalhando o uso do solo e a área de manejo com respectivo talhamento.

A partir das primeiras visitas de campo, ficou praticamente confirmado que haverá implementação do manejo florestal apenas em áreas comunitárias (Reserva Legal). Esse desenho requererá uma adequação do Plano e do talhamento no que diz respeito a:

1) tipo de intervenção possível e recomendável:

O manejo a ser implementado em áreas de Reserva Legal terá maiores restrições que o manejo em lotes individuais. Na medida do possível, e considerando a já reduzida cobertura florestal na região, será buscada uma uniformidade de técnicas de manejo a serem aplicadas em ambas as situações, ainda que provocando uma redução na produção esperada. Por outro lado, uma menor intensidade trará benefícios para a sustentabilidade em médio e longo prazo da atividade;

2) responsabilidade sob a área manejada:

No caso da Reserva Legal, a responsabilidade ficará para a Associação ou a comunidade como um todo. Contudo, a operacionalização do manejo ficará para o grupo de interesse, ou seja, o grupo de assentados interessados, compromissados e confirmados para atuar na implementação do manejo. Esse grupo será definido internamente pelos próprios assentados e deverá ser registrado em ata ou instrumento similar, provavelmente anualmente a cada nova autorização emitida.

Essas questões foram detalhadamente discutidas e esclarecidas nas comunidades ao longo das duas primeiras visitas de campo.

- elaboração das versões preliminares dos PMFS de cada assentamento. Os PMFS serão elaborados conforme modelos exigidos na legislação. Também será elaborada uma versão simplificada como guia de orientação para os assentados, contendo as informações cruciais e orientação para implementação do manejo (talhamento, estoques, técnicas de corte, medidas mitigadoras, espécies imunes, entre outras).

² Gariglio, M.A., Sampaio, E.V.S.B., Cestaro, L.A., Kageyama, P.Y. (eds). Uso sustentável e conservação dos recursos florestais da Caatinga. Brasília, Serviço Florestal Brasileiro. 2010. 368 p.
Pareyn, F.G.C., Pereira, W.E., Salcedo, I.H., Riegelhaupt, E.M., Gomes, E.C., Menecheli, H.T.F., Skutsch, M. What controls post-harvest growth rates in the caatinga forest? *Agricultural and Forest Meteorology*, vol. 284. 2020. <https://doi.org/10.1016/j.agrformet.2020.107906>

Pareyn, F.G.C., Pereira, W.E., Salcedo, I.H., Riegelhaupt, E.M., Gomes, E.C., Cruz Filho, J.L.V. A influência da precipitação sobre o crescimento e os ciclos de corte da caatinga manejada – uma primeira aproximação. *Estatística Florestal da caatinga*. Ano 2. Volume 2. Agosto 2015. pp 30-39. Associação Plantas do Nordeste, Recife/PE

- reunião de apresentação dos PMFS em cada assentamento com participação dos parceiros. Idealmente esta reunião será realizada na sede de cada assentamento. Caso contrário, uma primeira reunião será realizada em cada assentamento com participação dos assentados. Uma segunda reunião, virtual, então será realizada com a participação de representantes dos parceiros do projeto (Projeto PNUD, SERHMA/SEDURBS, ADEMA, INCRA, MMA). Os comentários e contribuições serão sistematizados em relatório específico.
- elaboração das versões finais dos PMFS de cada assentamento. Os comentários e recomendações recebidas nas reuniões permitirão a elaboração das versões finais.
- envio da versão final do PMFS do PA Florestan Fernandes para anuência/aprovação pelo INCRA. No caso da Colônia Agrícola Valmir Mota, essa anuência deverá ser emitida pela SEINFRA via a SERHMA, a quem também será enviada a versão final para a anuência. A equipe técnica ficará disponível para qualquer esclarecimento e ajuste necessário até a obtenção da anuência.
- protocolo dos PMFS aprovados na ADEMA, acompanhados de toda a documentação exigida (mapa, anuências, documentos legais do PA e da associação, CAR, ART, outros).

Produtos:

- Versão preliminar dos PMFS (Produto 2 do Contrato) (aos 45 dias, sendo 23.04.2021)
- Versão final dos PMFS (Produto 3 do Contrato) (aos 60 dias, sendo 08.05.2021)

3.2. Acompanhamento dos processos e providências administrativas para implementação dos PMFS

O acompanhamento dos processos consistirá basicamente das seguintes atividades:

- acompanhamento da análise dos processos no INCRA e na ADEMA e providenciar qualquer demanda adicional ou esclarecimento
- acompanhamento da vistoria de campo pela ADEMA
- apoiar a regularização/emissão do CTF (Cadastro Técnico Federal) dos dois assentamentos
- apoiar a emissão do Certificado Digital dos dois assentamentos
- apoiar o cadastro dos assentamentos no SINAFLORE
- providenciar qualquer outra necessidade para o início da implementação dos PMFS
- instalação das placas de sinalização em cada PA

Produtos:

- PMFS aprovados³
- Assentamentos regularizados para implementar os PMFS

³ A aprovação dos PMFS no prazo do Contrato dependerá da agilidade de análise pelo INCRA, SEINFRA e pela ADEMA. Um possível atraso devidos à operacionalidade dessas instituições não está sendo considerado no cronograma proposto e foge do controle da contratada.

3.3. Levantamento de alternativas comerciais

Com base no DRP e preferências dos assentados, será realizado um levantamento de alternativas comerciais para venda dos produtos dos PMFS. Esses produtos poderão ser lenha, carvão, estacas e/ou PFNMs. A partir de levantamentos anteriores realizados pela APNE no estado (setor cerâmico, casa de farinha, beneficiamento de frutas e leite, entre outros) serão levantadas oportunidades de mercado e confeccionada uma lista de contatos comerciais.

Produtos:

- elenco de alternativas comerciais para os produtos dos PMFS

Período da Etapa 3: Dia 30 a 60 do Contrato

4. Treinamento

O treinamento a ser realizado seguirá as exigências detalhadas no Item 4.5 e Anexo B do SDP:

Primeira Etapa: Treinamento on-line em três momentos de três (03) horas.

Essa etapa terá uma participação de 200 participantes entre técnicos e lideranças comunitárias a serem selecionados de comum acordo com as partes (Projeto PNUD, SERHMA/SEDURBS, INCRA). O conteúdo desta etapa do treinamento seguirá o delineado no Anexo B do SDP.

Como sugestão de parte do público alvo a ser capacitado, recomenda-se convidar para a etapa on-line, além de pessoas identificadas anteriormente, participantes do curso de especialização em Tecnologias de Agricultura de Baixa Carbono (Projeto PRS Caatinga/Univasf). Parte desses participantes são do Estado de Sergipe que poderão receber uma capacitação mais específica e detalhada sobre manejo florestal.

A ferramenta a ser utilizada para o treinamento on-line será o Google Classroom (Google Sala de Aula). Essa ferramenta permite a criação de salas virtuais e uma maior interação alunos professor, com a possibilidade de ambientes próprios para disponibilização de atividades e materiais didáticos. Sua utilização, também proporciona a participação de um número grande de pessoas e ainda uma interação ativa.

A divisão em três momentos se baseia em experiências anteriores que demonstram a inviabilidade de treinamentos on-line por mais de três horas. Além disso, será possível dividir o conteúdo a ser abordado em partes coerentes e subsequentes, facilitando o aprendizado.

Preliminarmente os três momentos da capacitação serão:

Módulo 1 – Manejo Florestal da Caatinga – Introdução, panorama geral histórico e atual, importância, aspectos técnicos, resultados atuais de pesquisa.

Módulo 2 – Etapas de implementação do Manejo Florestal da Caatinga: estudos técnicos, Plano de Manejo Florestal Sustentável, legislação e acompanhamento técnico.

Módulo 3 – Manejo Florestal da Caatinga em Projetos de Assentamento: características específicas, etapas, dificuldades, oportunidades.

Segunda Etapa: Dia de campo

Esta etapa prevê a participação de 50 pessoas, selecionadas pela SERHMA/SEDURBS a partir da etapa on-line, sendo 30 lideranças comunitárias e 20 técnicos. Serão organizados dois (02) dias de campo de quatro (04) horas cada, sendo um em cada comunidade contemplada.

Os participantes serão ainda subdivididos em grupos menores, evitando aglomeração, e passando por estações temáticas (1. Seleção e caracterização das comunidades; 2. Mapeamento; 3. Inventário e recursos florestais; 4. Organização do PMFS e talhões; 5. Implementação. Legislação e documentação; 6. O olhar da comunidade).

Produtos:

- 200 participantes treinados de forma on-line sobre implementação de manejo florestal comunitário sustentado na caatinga
- 50 participantes treinados em campo sobre implementação de manejo florestal comunitário sustentado na caatinga
- Relatório dos treinamentos realizado (Produto 4 do Contrato)

Período da Etapa 3: Dia 60 a 90 do Contrato (06.06.2021)

6. CRONOGRAMA DETALHADO

A matriz abaixo apresenta o cronograma detalhado, semana por semana, para a execução das atividades do Contrato.

Etapa/Atividade	Março				Abril				Maio				Junho
	8-12	15-19	22-26	29-02	5-9	12-16	19-23	26-30	3-7	10-14	17-21	24-28	31-4
1. Fase preparatória e ambientação													
1.1. Reuniões institucionais	■												
1.2. Reuniões com comunidades	■												
1.3. Coleta e análise informação secundária	■	■	■										
1.4. Elaboração Plano de Trabalho			■										
2. DRP (Diagnóstico Rural Participativo) e mapeamento													
2.1. Levantamentos e reuniões iniciais nas comunidades	■	■	■										
2.2. Elaboração versão preliminar dos DRPs			■										
2.3. Reunião de apresentação dos DRPs			■	■									
2.4. Elaboração versão final dos DRPs				■	■	■							
2.5. Demarcação em campo da área de MFS, RL e APP				■									
3. Elaboração dos 2 PMFS e levantamento de alternativas comerciais													
3.1. Inventário florestal e levantamentos de campo				■	■	■							
3.2. Elaboração versão preliminar dos PMFS (Produto 2)					■	■	■						
3.3. Reunião de apresentação dos PMFS						■	■						
3.4. Elaboração da versão final dos PMFS						■	■	■					
3.5. Protocolo no INCRA									■	■	■		
3.6. Procolo no IDEMA									■	■	■	■	
3.7. Acompanhamento dos processos no ADEMA									■	■	■	■	■
3.8. Apoiar a regularização das associações (CTF, CD, SINAFLORE)									■	■	■	■	■
3.9. Levantamento de alternativas comerciais									■	■	■		
3.10. Elaboração do Produto 3.									■				
4. Treinamento													
4.1. Preparação do material e da logístca dos treinamentos									■	■	■		
4.2. Realização do treinamento on-line									■	■	■		
4.3. Realização dos dias de campo										■	■	■	
4.4. Relatório dos treinamentos (Produto 4)													■

Dias

20

45

60

90

7. EQUIPE TÉCNICA

A equipe técnica central do projeto será composta pelos seguintes membros:

- Coordenador: Frans G. C. Pareyn – Eng. Florestal
- Técnico de campo: Mário W. C. F. Marques – Eng. Agrônomo
- Suporte de TI e Geoprocessamento: José Luiz Vieira da Cruz Filho – Analista de sistemas

Todos os membros da equipe têm ampla experiência na elaboração e implementação de Planos de Manejo Florestal Sustentado em Projetos de assentamento e todas as atividades correlatas (DRP, mapeamento, inventário florestal, elaboração e implementação de PMFS).

Além disso, têm ampla experiência na elaboração e implementação de Planos de Negócios e apoio à comercialização de produtos florestais obtidos em PMFS, inclusive na criação e implementação de cooperativa específica.

Finalmente, a equipe técnica acumula ampla experiência em capacitação de técnicos e agricultores nas temáticas de conservação e uso sustentável da caatinga, manejo florestal, adequação ambiental, PFMNs na caatinga, entre outros.

A identificação botânica ficará sob responsabilidade de José Roberto Lima, biólogo, com ampla experiência em levantamentos florísticos no bioma Caatinga atuando na APNE e no herbário da UFPB.

8. EQUIPAMENTOS

Os seguintes equipamentos e ferramentas serão disponibilizados e utilizados na execução das atividades:

- veículo (alugado com recursos da proposta)
- GPS Garmin GPSMAP 62sc
- 2 computadores laptop
- 2 computadores desktop
- Datashow
- equipamentos para inventário florestal (régua, fita métrica, trena 50m, bússola, piquetes, tinta spray, prancheta, fichas de campo, celular/máquina fotográfica, EPI (bota, chapéu, perneira, luva)
- mapeamento e processamento de dados: Google Earth, Trackmaker, Excel, Mata Nativa, QGIS.

Anexo I. Relatório da Visita de campo de 11-12.03.2021

Projeto PNUD/Sergipe

Elaboração de 2 PMFS da Caatinga

Relatório da visita de campo do dia 12.03.2021

Participantes:

APNE: Frans Pareyn, José Luiz Vieira, Mario Marques

SEHRMA: Valdelice Leite, Maria Cleusa Guimaraes

Elízio Marinho

Prefeitura de Canindé de São Francisco: José Iris da Silva

1. Reunião com Equipe da SEHRMA e Elízio Marinho



No final da tarde do dia 11.03.2020 a equipe da APNE, SEHRMA e Elízio se reuniram na recepção da Pousada Cecília para alinhar as ações do projeto, assim como planejar a visita do dia 12.03 nas comunidades. Nesta ocasião o Coordenador do Projeto e da APNE, Frans Pareyn, falou da experiência da APNE em Planos de Manejo e quais as expectativas da APNE para a realização das metas do contrato. Valdelice e Cleusa fizeram várias sugestões quanto a mobilização dos Assentados e dos órgãos regulamentadores que estão inseridos no escopo do projeto. Ficou acertado que já na próxima semana, dia 19/03 a SEHRMA iria organizar uma reunião com a APNE, PNUD, ADEMA e INCRA para que fossem alinhadas algumas ações a fim de garantir que as metas sejam alcançadas no prazo previsto. Saímos desta reunião, também, com o encaminhamento de nos reunirmos, na manhã do dia 12.03, com o secretário de agricultura e meio ambiente de Canindé de São Francisco para que apresentássemos o projeto e buscássemos o envolvimento dos técnicos desta secretaria na execução do projeto.

2. Interlocução com a Prefeitura Municipal de Canindé de São Francisco

Foi realizada uma reunião de apresentação da iniciativa na Secretaria de Agricultura do município com a participação do Secretário de Agricultura Victor da Mota dos técnicos Gicélio Oliveira e José Iris. Foi apresentado o histórico da iniciativa, a importância do manejo florestal para os assentamentos, município e estado. Foram apresentadas, também, as etapas do trabalho (DRP, elaboração dos Planos e a capacitação). Diante do exposto foi aberta a possibilidade de participação da secretaria municipal em todas as etapas conforme sua disponibilidade e interesse. O secretário confirmou o interesse do município e colocou a secretaria a disposição para colaborar no que for possível. O Plano de trabalho será disponibilizado para a secretaria e as viagens de campo serão informadas antecipadamente para que a secretaria possa planejar a sua participação.

Ao final da reunião a equipe informou que estaria realizando uma visita de reconhecimento nas áreas e o secretário, prontamente, autorizou a participação do técnico José Iris da Silva, também assentado, para acompanhar as visitas no Assentamento Florestan Fernandes e na Colônia Agrícola Valmir Mota.



3. Florestan Fernandes

Foi avaliado o potencial de implementação de Manejo Florestal Sustentável (MFS) em três lotes:

- a) Lote de Jaldenio Cassiano de Lima: Nessa área foi constatado que no passado foi implantado o SAF no quadro do projeto URAD e, portanto, não será considerada para implementação do MFS
- b) Lote de Antônio Hungria: ainda há 8 a 10 tarefas de caatinga com bom potencial. Contudo o agricultor não deseja realizar o manejo, mas sim, continuar conservando essa área com caatinga para permitir a ele obter estacas para o seu lote e pastagem para o seu rebanho no período seco.
- c) Lote de Pedro Ventura França: também tem uma área de 6 a 8 tarefas com caatinga adequada e com interesse de fazer MFS

Foi discutido a possibilidade de manejar parte da Reserva Legal do Assentamento. A Reserva Legal vem sofrendo desmatamento ilegal por pessoas de fora, colocando em risco a sua conservação. Será avaliada a viabilidade de inserir parte da Reserva Legal no PMFS do assentamento como forma de viabilizar uma área mínima para manejo. Adicionalmente

permitirá a inserção de outros assentados na iniciativa e uma presença mais contínua de assentados e do órgão ambiental na área como forma de prevenir depredação por externos.

Nas imagens do Google Earth quando analisado o período chuvoso existe sim a viabilidade para o MFS (nesse período foram analisadas imagens de 2016) conforme imagens abaixo.

Imagens Google Earth – Julho 2016



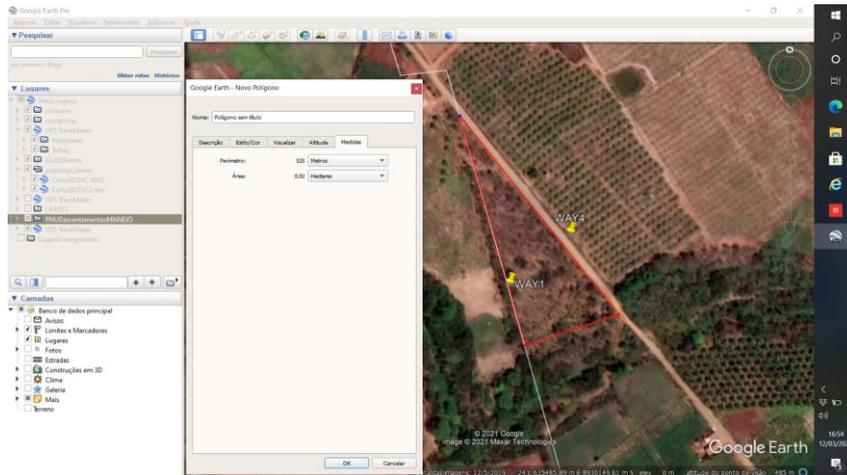
Imagens Google Earth – Dezembro 2019



4. Colônia Agrícola Valmir Mota

Foram visitadas duas áreas:

- a) Área coletiva: esta área tem aproximadamente 0,9 ha e apresenta um bom potencial para manejo. Devido à sua localização e solo, corre o risco de se transformar em área irrigada no futuro próximo. Essa conclusão pode ser verificada na imagem abaixo, visto as áreas próximas serem todas e áreas irrigadas.

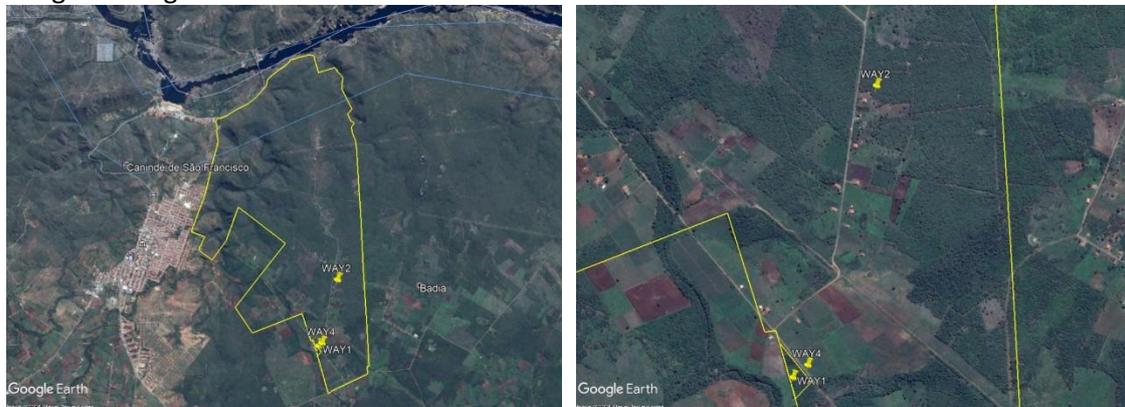


- b) Lote de Sr. José Paulo de Oliveira: Apresenta um bom potencial para manejo com área em torno de 8 ha.

Não foi possível visita a Reserva Legal, mas as informações indicam que também apresenta um bom potencial (esta afirmação pode ser constatada pela imagem do período chuvoso – 2016). Contudo, aparentemente apresenta um relevo mais inclinado (presença de serras) que precisa ser avaliado melhor para definir o seu potencial para manejo.

Na comunidade há vários outros lotes de agricultores com áreas propensas para o manejo.

Imagens Google Earth – Julho 2016



Imagens Google Earth – Dezembro 2019



Conclusões e encaminhamentos:

1. É importante observar que, por Florestan Fernandes ser um Assentamento do INCRA, a anuência do Plano de Manejo deverá ser emitida pelo INCRA. Já no caso da Colônia Agrícola Valmir Mota, em sendo uma iniciativa estadual, a anuência deverá ser da SEINFRA.
2. A realidade encontrada nos assentamentos está norteando que a iniciativa para Planos de Manejo Florestal deverá ocorrer de forma mista, contemplando áreas coletivas (Reserva Legal) e lotes individuais. Enquanto essa situação representa um desafio de elaboração e implementação, também aparenta ser a alternativa técnica, econômica e social mais viável. É importante ressaltar que haverá condições especiais para o manejo nas áreas de Reserva Legal, mas que, de início, não inviabilizam o manejo e vão de encontro às preocupações de evitar corte raso e a promoção do uso múltiplo.
3. Ainda que a iniciativa de elaborar e implementar os PMFS nas comunidades tenha sido discutido há vários anos, não há um conhecimento prévio e suficiente dos assentados a respeito da atividade. Logo, os assentados ficam inseguros quanto ao seu de acordo com a implementação do MFS nos seus lotes. Uma ação que poderia ajudar significativamente para o entendimento dos assentados sobre “o que é manejo e o que implica implementá-lo nos lotes ou nas comunidades”, seria uma visita de intercâmbio para um assentamento que vem implementando MFS há vários anos. Assim, os agricultores poderiam interlocutar com outros assentados sobre a ação e, assim, obter uma melhor compreensão. A APNE e a SERHMA irão avaliar como viabilizar esse intercâmbio, uma vez que não está previsto no TdR.
4. O retorno para as duas comunidades para aprofundar o reconhecimento, identificação de lotes, áreas para MFS, Reserva Legal e início de DRP está marcado para a semana de 22 a 26 de março.

Registro Fotográfico



Assentamento
Florestan
Fernandes



Colônia
Agrícola
Valmir Mota

Anexo II. Ficha de DRP

Diagnóstico Rural Participativo

Equipe:	Data:
----------------	--------------

Informações Gerais

Associação:	Sigla:
Município/UF:	CNPJ:
Área total (ha):	RL (ha)
Nº total de famílias:	Nº de famílias residentes:
Há outra organização no PA:	Qual?

Dados do Representante Legal

Nome:	
Cargo:	RG/órgão emissor:
Prazo de Vigência:	CPF:
E-mail:	Fone:

Histórico

Data da criação:	Data de fundação:
Data da ocupação:	Construção das casas:
Infra-estrutura: - cerca - poços - estradas - açudes - eletricidade	

- aprisco - currais - relevo - outros	
Outras ações e/ou datas importantes:	
Possuem áreas comunitárias?	Lotes individuais?
Dia da feira	Data reunião mensal:
Distância da sede do município:	

Rendas

Agricultura:	Pecuária:
Apicultura:	Industria Rural:
Piscicultura:	Outras:
Comércio:	Transporte:
Aposentadoria:	Bolsa Família:
Auxílio Emergencial:	Seguro Safra:

Patrimônio

--

Dados Específicos

Área total com cobertura florestal no assentamento (%):	
Qualidade da floresta de forma geral:	
Acesso ao Assentamento/verão:	inverno:
Os assentados já atuam com produção florestal?	
Produtos:	
1	3
2	4
Forma:	
Individual:	Coletiva:
Outra:	
Principais dificuldades na exploração florestal:	
Os assentados têm interesse em realizar manejo florestal? (sim) (não)	
Para lenha? () Para carvão () Para estaca () Para outros produtos?	

Dados do Mercado

Consumidores/mercado de produtos florestais próximos:
--

Outras Informações

Principais projetos atuais no Assentamento:
Principais projetos futuros no Assentamento:
Projetos que não deram certos:

Existência de multas ambientais?
Quais entidades dão assistência técnica ou colaboram no assentamento?

Animais:

Tipo	Número total
Bovino	
Ovino	
Caprino	
Eqüino	
Suíno	

Uso e Ocupação do Solo

Tipo de uso	Área Atual (ha)	Área Futura (ha)
Reserva Legal		
APP		
Pastagem		
Agricultura de sequeiro		
Agricultura irrigada		
Recursos hídricos		
Vegetação nativa		
Infra-estrutura (vila,)		
Total		

CALENDÁRIO AGRÍCOLA

MESES DO ANO	Coletivo Individual	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D
		Chuva											
Milho													
Feijão													
Mandioca													
Caju													
Arroz													
Criação animais													
Produção florestal													
Num. famílias													
Mão de obra													

Obs: p – plantio; c – colheita
densidade de chuva

+ pouca, ++ media e +++ alta

Relações Institucionais

Instituição	Relação
INCRA	
MST	
STR	

Assistência técnica: _____ **Regularidade:** _____

Municípios/centros comerciais:

Município/Centro	Relação

Formas/meios de transporte: _____

Principais Problemas e Possíveis Soluções

PROBLEMA	SOLUÇÃO

(organização, famílias, escola, saúde, água, estrada,)

Principais Expectativas e Previsões

ÁREA	EXPECTATIVA-PREVISÃO
Infra-estrutura	
Agricultura	
Criação animais	
Outras	

DADOS REFERENTES Á ÁREA POTENCIAL PARA MANEJO

Tipo de caatinga (área)	Altura		Espécies:
1. Arbórea fechada			
2. Arbórea arbustiva fechada			
3. Arbórea arbustiva aberta			
Maior potencial	Lenha		
	Carvão		
	Estaca		
	Mourão		
	Tora		
	Outros		